



## Governança nas contratações públicas: referencial teórico

Governança Pública; Contratações Públicas; Gestão Governamental; Órgãos Públicos.

Helton Souza da Cunha - [helton.cunha@fiocruz.br](mailto:helton.cunha@fiocruz.br) - (71) 99114-6906

Gereb - Doutorado Profissional em Gestão e Tecnologia Industrial

### CONHECENDO SEU TRABALHO

O Decreto nº 9.203/17 exige que a administração pública federal implemente e mantenha práticas de governança. Em 2017, 58% das entidades avaliadas pelo TCU estavam em estágio inicial de governança e gestão, reduzindo para 47% em 2019. Este artigo visa identificar os referenciais-chave da governança em contratações públicas por meio de uma revisão sistemática da literatura, abordando o conhecimento sobre a governança em órgãos públicos federais no Brasil, conforme as regras do TCU e as novas leis vigentes.

### CONTEXTO E RELEVÂNCIA

A governança qualificada no setor público exige uma gestão estratégica que priorize eficiência, eficácia e efetividade para criar valor público. Instâncias e processos de governança frágeis podem resultar em desperdício de recursos e aumento de fraudes e corrupção. Assim, o Decreto nº 9.203/17 visa implementar mecanismos e princípios de governança nas contratações para unificar procedimentos e agilizar os processos de aquisição.

### RESULTADOS

Muitos gestores públicos carecem de conhecimento técnico e recursos para monitorar aquisições eletrônicas, segundo Reis e Cabral (2018). Vasconcelos (2020) e Oliveira e Barroso (2020) destacam que mapear processos licitatórios conforme diretrizes de governança têm um impacto positivo na execução administrativa. As compras públicas exemplificam a importância da governança, pois o mau uso dos recursos pode prejudicar a implementação de políticas públicas (Junior & Neto, 2020).

### ESPAÇO PARA IMAGEM

Quadro 1. Resultado do levantamento de governança e gestão públicas - Fiocruz

Indicador	Valor
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	49,5%
iGovPub (índice de governança pública)	51,3%
iGov Pessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	46,7%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	38,8%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	54,9%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	56,8%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	31,8%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	42,9%
iGestOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	62,0%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	58,4%

Fonte: TCU (2021)

### INOVAÇÃO NA PRÁTICA

A implementação da Lei nº 14.035/2020 e das Medidas Provisórias nº 951 e 961/2020 durante a pandemia de COVID-19 ilustra como foram agilizados os processos de contratação pública para materiais e equipamentos necessários para a saúde. Pesquisas futuras devem explorar as práticas e modelos de governança utilizados nessas contratações.

### EIXO TEMÁTICO

Temas emergentes em gestão pública